

A HISTÓRIA DOS ESPAÇOS COMO UMA HISTÓRIA DA VIDA: REFLEXÕES A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

THE HISTORY OF SPACES AS A HISTORY
OF LIFE: REFLECTIONS FROM MICHEL
FOUCAULT

LA HISTORIA DE LOS ESPACIOS COMO
HISTORIA DE LA VIDA: REFLEXIONES EN
MICHEL FOUCAULT

DOI: 10.5935/2177-6644.20200003

Gabriel José Pochapski *

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como o interesse de Foucault pelos espaços esteve relacionado com uma problematização histórica sobre a noção de vida. Ao contrário de um olhar dicotômico entre o tempo e o espaço, o percurso intelectual foucaultiano privilegiou uma perspectiva histórica que se configurava espacialmente. A partir de dois momentos distintos do chamado período arqueogenealógico, entre as décadas de 1960 e 1970, buscamos verificar como Foucault entrelaçou a história, os espaços e a vida, e de que modo estas reflexões estiveram articuladas com a historiografia.

Palavras-chave: Espaço. Michel Foucault. Teoria da história.

Abstract: The purpose of this article is to analyze how Foucault's interest in spaces was related to historical problematization about the notion of life. Contrary to a dichotomous look between time and space, Foucault's intellectual path has privileged a historical perspective that was spatially configured. From two different moments of the archaeogenealogical period, between the 1960s and 1970s, the article seeks to verify how Foucault intertwined history, spaces and life, and how these reflections are articulated with historiography.

Keywords: Space, Michel Foucault, Theory of history.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar cómo se relaciona el interés de Foucault por los espacios con una problematización histórica sobre la noción de vida. Contrariamente a una mirada dicotómica entre tiempo y espacio, la trayectoria intelectual de Foucault ha privilegiado una perspectiva histórica configurada espacialmente. A partir de dos momentos distintos del llamado período arqueogenealógico, entre las décadas de 1960 y 1970, buscamos indagar cómo Foucault entrelazó historia, espacios y vida, y cómo estas reflexiones se articulaban con la historiografía.

Palabras clave: Espacio. Michel Foucault. Teoría de la historia.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. E-mail: gabriel_pochapski@hotmail.com

Introdução

Reprovavam-me muito por essas obsessões espaciais, e elas me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo eu procurava: as relações que podem existir entre o poder e o saber [...] metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz ao uso do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar, ao contrário, decifrá-la através de metáforas espaciais, permite perceber os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de, e a partir das relações de poder (FOUCAULT, 1979, p. 158).

Proferida no ano de 1976, em meio ao debate com os geógrafos da *Revista Hèrodote*, esta afirmação de Foucault buscava responder como os espaços se tornavam uma abertura para a investigação histórica das relações entre o poder e o saber. Diferente das formas explicativas pautadas em um tempo contínuo, linear e teleológico, tal como havia sido predominante nos modelos oriundos do século XIX, os espaços e suas polivalências, simultaneidades e fragmentações instauravam formas plurais e menos uniformizadas de perceber a temporalidade.

Salma Tannus Muchail (2004, p. 24) aponta a obra foucaultiana como um entrelaçar da filosofia com a história, o que ocasionou um pensamento de encontro entre as duas atividades numa mesma prática. No âmbito da história, os textos e publicações de Foucault não só questionaram os objetos, os conceitos e a própria concepção de tempo sucessivo e hierarquizante, mas tais percepções foram acompanhadas por um olhar novo para o espaço e sua historicidade. Este aspecto pode ser observado no debate de 1976, quando Foucault expressou o seu afastamento das interpretações que situavam os espaços como uma categoria oposta ao tempo.

Mais do que uma perspectiva isolada, o olhar espacializante pode ser entendido como um princípio metodológico que perpassou todas as análises do filósofo, seja na proposição de problemas, na elaboração de conceitos e na sua forma de pensar o passado e a historicidade constituinte do presente (SARDINHA, 2001). Por outro lado, isso não significou a permanência de um modelo fixo de considerar o tempo e o espaço no decorrer de sua trajetória, pelo contrário, as publicações, cursos e entrevistas realizadas permitem indicar algumas singularidades, como se pretende ressaltar no decorrer deste texto.

Conforme a afirmação feita na citação no encontro com os geógrafos, Foucault definiu os espaços como uma abertura que tornava visível as relações entre o poder e o saber. No entanto, esta relevância da dimensão espacial esteve inserida em um contexto mais amplos de transformação das próprias pesquisas foucaultianas, entre as décadas de 1960 e 1970, quando as suas investigações arqueológicas sobre o saber foram gradualmente direcionadas para uma genealogia do poder. Mais do que uma mudança dos objetos e suas problemáticas históricas, a

transição arqueogenealógica implicou em diferentes formas de articular a história com os espaços, particularidade esta que pode ser percebida nas ocasiões em que o filósofo problematizou a noção de vida.

Assim como Foucault não relacionou a história e os espaços em uma só obra, a noção de vida também ganhou diferentes sentidos e nuances nos distintos momentos de suas reflexões. Como afirma Vera Portocarrero (2009, p. 143):

A complexidade de sua concepção de vida só pode ser compreendida em sua multiplicidade e respeitando as inflexões de sua trajetória, na qual conceitos e métodos são retificados, reabilitados, mas, também, abandonados ou agregados – e isto não pode deixar de ser ressaltado.

Por estar imersa pelos conceitos e abordagens utilizadas por Foucault em cada momento de suas produções, a noção de vida se torna uma importante possibilidade de investigarmos alguns dos modos como a história e os espaços foram por ele relacionados. Seja na vida individualizada pelo espaço do corpo na medicina moderna, tal como compreenderam algumas das suas publicações do período arqueológico, ou nos grandes espaços de gerenciamento da população vivente, como abordaram partes das pesquisas genealógicas, a análise das relações entre a história, o espaço e a vida compõem o objetivo principal deste texto.

É buscando compreender este entrelaçamento que o presente artigo interroga em que medida a história dos espaços foucaultiana implicou em um exercício de historicização da noção de vida? Seria possível produzir uma história dos espaços ignorando a dimensão da vida em seus diferentes aspectos? Como estas percepções estão relacionadas com a historiografia? Partindo destes questionamentos, o artigo encontra-se dividido em duas partes: a primeira enfatiza a chamada fase arqueológica, quando Foucault interrogou como a compreensão da vida como objeto do saber médico, dando destaque para a espacialização da linguagem clínica sobre o corpo. Já a segunda parte, por sua vez, aborda as preocupações genealógicas sobre a vida, momento em que a história do gerenciamento dos grandes territórios e seus contingentes populacionais foi discutida pelo filósofo.

A história da vida no espaço do corpo morto

Em *O Nascimento da Clínica* (1963), Foucault buscou perscrutar as mudanças ocorridas entre a medicina clássica para a medicina moderna, no decorrer do século XVIII e no início do século XIX. Nas suas percepções, este período poderia ser caracterizado por uma ruptura espacializante no discurso médico, transformação esta que resultou em um deslocamento nos modelos de compreensão do que seria a vida. Para além de uma categoria pronta, fixa e dada de forma naturalizada, a vida seria construída na medicina moderna como

um objeto de saber.

Delinear o que seria vivo, quais os seus limites e a sua localização, implicava em operações voltadas para o corpo e suas superfícies. Foi esse espaço corpóreo que passou a ser esquadrihado pela observação direta de seus membros, seus mínimos sinais e sintomas. Usando diferentes descrições médicas, Foucault apontou para as transformações ocorridas no século XVIII, quando Meckel, ao estudar as alterações no encéfalo, fez uso de pesagens e medições que caracterizavam o método da medicina clássica. Tais comparações poderiam determinar, por exemplo, quais fragmentos cranianos apresentariam ressecamentos ou quais áreas estariam inchadas ou doentes. Todavia, nas perspectivas foucaultianas, a medicina moderna não conservou estas técnicas e procedimentos investigativos utilizados pela medicina clássica. Os sinais desta ruptura haviam se tornado perceptíveis quando:

[...] Bichat e, sobretudo, Recamier e Lallemand utilizaram o famoso martelo terminado por superfícies largas e delgadas. Procedendo por pequenos golpes, estando o crânio repleto, não pode haver um abalo suscetível de produzir desordens. É melhor começar por sua parte posterior, pois quando só há o occipital a ser quebrado, ele é frequentemente tão móvel que os golpes resvalam... Nas crianças muito novas, os ossos são flexíveis demais para serem partidos, muito finos para serem serrados; é preciso cortá-los com fortes tesouras. O fruto, então, se abre: sob a casca, meticulosamente fendida, surge algo, massa mole e acinzentada, envolvida por peles viscosas com nervuras de sangue, triste polpa frágil em que resplandece, finalmente liberado, finalmente dado a luz, o objeto do saber (FOUCAULT, 1977, p. XI).

A partir da massa visível no crânio aberto, com suas nervuras, cores e texturas, Bichat, Recamier e Lallemand desenvolveram um vasto aparato conceitual sobre o cérebro. Visualizar um espaço novo implicava na elaboração de nomes, isto é, na delimitação daquela superfície a partir da linguagem. A medicina moderna, portanto, demandava a observação direta, a espacialização das extensões e a elaboração conceitual para mapear o espaço do corpo a partir dos seus sinais.

Assim como a admiração diante da massa cinzenta inominada no interior do crânio, o saber médico atuou ao nível daquilo que era visto e posteriormente categorizado, esquadrihando o corpo em um conjunto de linhas verticais e horizontais, rasas ou profundas. Este ato espacializava a extensão corpórea ao penetrar em sua superfície e classificar as texturas, colorações e aderências. O signo ou a capacidade de nomeação daquele espaço estabeleceu os contornos do que era a vida, pois foi a partir deste trabalho de espacialização da linguagem no corpo que os diagnósticos passaram a ser anunciados, que o ritmo da circulação sanguínea pôde ser conferido; e que as marcas na pele, mucosas e unhas transformaram-se em traços de decifração. Como descreve Foucault: “através do invisível, o signo indica o mais longínquo, o que está por baixo, o mais tardio. Trata-se nele do término, da vida e da morte” (FOUCAULT, 1977, p. 102).

Na dinâmica ocorrida entre o espaço do corpo e os sintomas categorizados, a vida era

individualizada e demarcada a partir da doença e da cura, do patológico e da normalidade. Entre os modelos influentes na clínica moderna, a botânica ganhou uma relevância central ao compreender que o mundo da doença era parte igualmente constituinte e participante do mundo da vida. Diferentes de uma oposição, doença e a vida apresentariam estruturas semelhantes, com repetições e fisiologias iguais, dotadas de processos que seguiam uma mesma ordem compondo organismos (FOUCAULT, 1977, p. 06).

A compreensão de que o espaço do corpo e seus diferentes fragmentos estariam interligados foi aprofundada por Foucault em *As palavras e as coisas* (1966), quando na emergência de saberes como a Biologia, a Filologia e a Economia, a história natural deixou de compreender que os diferentes formatos dos órgãos determinavam as suas funções. A Biologia Moderna “dissolve, se não a individualidade, pelo menos a independência do órgão [...] é preciso dirigir a atenção mais para as próprias funções que para os órgãos” (FOUCAULT, 1999, p. 363). Nestas perspectivas, os órgãos passam a compor sistemas de funcionamento, como a respiração ou a digestão, conjuntos seguidos de normas específicas de utilidade. Esta mudança na observação dos órgãos estaria ligada ao modelo botânico, nele, a doença fazia parte de tudo àquilo que era vivente em movimentos de ajustamento, superposição ou aniquilação. Como enfatizou o filósofo: “reconhece-se a vida na doença, visto que é a lei da vida que funda o conhecimento da doença” (FOUCAULT, 1977, p. 06).

Articulando todos estes aspectos ligados ao movimento de espacialização do corpo, Foucault compreende que a medicina moderna não consistiu somente em uma mudança de visão sobre a vida, mas foi precisamente o primeiro saber a tomar a vida como objeto de conhecimento. A medicina moderna, neste âmbito, construiu o que seria componente do vivo colocando o espaço do corpo sobre a mesa de dissecação. Assim como um mapa a ser decodificado, “[...] a experiência lê, de uma só vez, as lesões visíveis do organismo e a coerência das formas patológicas; o mal se articula exatamente com o corpo e sua distribuição lógica se faz, desde o começo, por massas anatômicas” (FOUCAULT, 1977, p. 02).

Nesta dupla dinâmica espacial, tanto naquilo que os saberes visualizavam, como no corpo mapeado, os sintomas não foram afirmados como universais na linguagem da clínica moderna, tendo em vista o apontamento de Foucault para o nascimento de uma dinâmica contrária: a do individual. Assim, a medicina tornou-se um saber sobre o indivíduo, figura esta que “só é dado ao término de um longo movimento de espacialização” (FOUCAULT, 1977, p. 10). Estudiosas como Vera Portocarrero (2009, p. 147) chamam a atenção para a ruptura que esta concepção de vida provocou nos modelos da medicina clássica, especialmente por permitir uma relação simultânea do homem com o seu corpo e com a sua própria finitude. Afinal, assim como a doença, a morte não estaria em outro espaço além do

corpo, área do conhecimento esta a partir da qual a medicina do indivíduo emergiu enquanto saber do perceptível e do enunciável, onde na superfície anatômica traçaram-se as fronteiras ou as bordas do organismo como ser vivente.

Entre os discursos médicos e as autópsias dos séculos XVIII e XIX, a problematização histórica da vida teria sido atravessada pela instabilidade da delimitação de certos espaços, sejam nas fronteiras constantemente reordenadas da linguagem classificatória ou na superfície da clínica e do corpo mapeado. Nessas reflexões foucaultianas sobre a vida, ocorridas na década de 1960, eram precisamente as rupturas e os rearranjos da ordem dos saberes que permitiam indicar que os espaços não eram dados previamente, mas resultavam de aspectos de ordem acontecimental, de instabilidades e de condições de emergências precisas e historicamente situadas.

Retirar os espaços de uma concepção estática e a-histórica demandava igualmente outras perspectivas para a temporalidade. Neste sentido, François Dosse afirma que “Foucault defende uma concepção do acontecimento liberada do invólucro teleológico, como surgimento da novidade, como começo absoluto dentro da linhagem de toda filiação da escola epistemológica francesa” (DOSSE, 2013, p. 51). Foi a partir dos contatos com as reflexões epistemológicas de autores como Bachelard, Canguilhem e Koyré que Foucault se afastou de uma história universalizante, linear e progressiva, defendendo uma compreensão da temporalidade marcada por mudanças, descontinuidades e rupturas. É justamente influenciado por esta corrente epistemológica que as chamadas pesquisas arqueológicas investigavam as camadas discursivas que a medicina moderna estabeleceu para categorizar a vida como um objeto de saber.

Durante a década de 1960, no empenho em interrogar a história dos saberes e de seus objetos, a análise foucaultiana não pretendeu construir uma linearidade das ciências segundo o seu progresso ou pela complexidade de suas elaborações. Mais do que isso, “a arqueologia caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetivos, pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou justifica” (MACHADO, 2014, p. 51). A consolidação dos campos de saber e de seus objetos estaria ligada ao conflito, às disputas e possibilidades de emergência, conseqüentemente, os espaços por eles produzidos seriam também atravessados por esta dinâmica instável, aberta às rupturas do tempo.

Se os epistemólogos ressaltados por François Dosse foram influentes na perspectiva analítica foucaultiana da história dos saberes definidores da vida, não se pode negligenciar que foi entre os historiadores dos *Annales* que o filósofo pôde encontrar novas aberturas, onde as espacialidades eram constituídas por diferentes tempos, velocidades, fluxos e impactos.

Como afirmou Foucault em *A arqueologia do saber* (1969), ao referir-se indiretamente a Braudel e Le Roy Ladurie: “Por trás da história dos governos e das guerras desenham-se histórias com um suave declive: histórias dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio humano entre a fome e a proliferação” (FOUCAULT, 2000, p. 03).

Perceber as camadas temporais e seus dinamismos tornou-se uma prerrogativa fundamental para a atenção dada por Foucault aos espaços, fossem eles físicos ou mediados por operações da linguagem. Se os historiadores dos *Annales* compreendiam os mares, as plantações ou as formas de circulação como novos horizontes para a temporalidade, as análises foucaultianas direcionavam o seu olhar para os discursos médicos, onde na história de espaços como a pele, os órgãos e os músculos estabeleceram-se os limites da vida. A arqueologia, portanto, faz perceber não só uma história do saber médico e de suas compatibilidades, mas também uma história das fronteiras, sejam àquelas que demarcavam a desrazão e a razão, como em *História da loucura*, (1960), ou os traços que delineavam o homem que vive, trabalha e fala enquanto objeto das Ciências Humanas, como foi analisado em *As palavras e as coisas* (1966).

No início da década de 1970, por outro lado, as investigações até então voltadas para a emergência dos saberes passaram a ser direcionadas para a questão do poder, e é neste contexto intelectual que novas articulações foucaultianas entre a história dos espaços e a vida foram estabelecidas. Se, na arqueologia, a espacialização médica do corpo estaria ligada ao indivíduo, na genealogia o filósofo apontou para outro mecanismo, o biopoder. Isso não significava a anulação da dos critérios definidos pela medicina, mas sim uma mudança nas prerrogativas de atuação, pois a vida não constituiria mais somente um objeto de poder individual, definido no espaço do corpo pela anátomo-clínica, mas tanto a vida como o espaço tornavam-se o problema da população.

O corpo populacional: a história da vida gerida em amplos espaços

Como Estudiosos como Roberto Machado (2014, p. 158) compreendem a genealogia como “uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos”. Tomando a dimensão do espaço como exemplo de análise, percebemos que, enquanto a arqueologia tratou da produção de certas espacialidades a partir de saberes e suas categorizações, a genealogia, por sua vez, voltou-se para as condições de emergência, onde os discursos de saberes como a própria medicina estariam ligados a contextos mediados por relações de poder.

Diferente de uma análise histórica pautada pela busca dos começos louváveis ou pelos

desdobramentos límpidos, a genealogia, “[...] não pretende recuar no tempo para reestabelecer uma grande continuidade para além da dispersão dos esquecimentos [...] ao contrário, é manter o que passou na dispersão que lhe é própria, é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas” (FOUCAULT, 1979, p. 21). Influenciado por Nietzsche, Foucault descreve que a genealogia é cinza e nebulosa, pois refuta a clareza das evidências estáveis, as sucessões contínuas e a evocação das origens. Não haveria, portanto, uma estabilidade no passado, traço este que apresenta uma grande relevância no modo como o pensamento foucaultiano considerou a dimensão histórica dos espaços.

Se, na década de 1960, Foucault mencionou como o interesse dos historiadores dos *Annales* pelos espaços havia influenciado as suas produções sobre os discursos médicos e científicos, foi a partir de 1970 que as relações de poder suscitaram novas aproximações voltadas para as arquiteturas, cidades e amplos territórios. Sob o prisma genealógico, o olhar do filósofo para estas superfícies procurou romper com o olhar estável, atentando-se detalhadamente para as mudanças, rupturas e conflitos que tornaram aquelas espacialidades possíveis em um momento do passado.

Para compreender as dinâmicas que permeavam de modo simultâneo o tempo e o espaço, Foucault insistiu em seus diversos encontros com historiadores e geógrafos na necessidade de questionar as concepções que haviam definido a temporalidade enquanto categoria marcada pelo movimento, e a espacialidade como uma noção fixa e empobrecida (LE GOFF, 2003). Em uma mesa-redonda ocorrida em 1977, com os historiadores Michelle Perrot e Jean-Pierre Barot, Foucault problematizou questões espaciais ligadas ao contexto francês, tendo afirmado o quanto o espaço era objeto de relutância por parte dos intelectuais, “lembro-me de ter falado, há uns dez anos, destes problemas de uma política dos espaços e de me terem respondido que era bastante reacionário insistir tanto sobre o espaço [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 212-213).

Colocando em questionamento tal desqualificação, o filósofo descreveu como os grandes sistemas de pensamento predominantes no século XX haviam reiterado a primazia kantiana e hegeliana do tempo em detrimento do espaço. Foi precisamente esta posição de interioridade espacial que Foucault ressaltou no encontro com os geógrafos da *Revista Hérodote*, em 1976, quando foi questionado por produzir investigações históricas que se aproximavam dos espaços, seja como objetos de problemas ou formações conceituais. Vejamos:

A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. É porque “negava a história”, como diziam os tolos, é porque era

“tecnocrata”. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados (FOUCAULT, 1979, p. 159).

A partir dos espaços, Foucault afirmou os processos históricos que afloravam nas diferentes superfícies e suas formas de ordenamento, implementação e distribuição. Mais do que uma categoria neutra e homogênea, os espaços seriam marcados por nomeações, recortes, limites, demarcações, entre outros efeitos que permitiam indicar a ação humana. Ao contrário de um cenário vazio onde o tempo histórico se desenrolaria, os espaços tornavam-se tanto um efeito produzido temporalmente, mas, da mesma maneira, uma condição indispensável para que diferentes tempos pudessem coexistir.

Quando descreveu a possibilidade de articular a Geografia com as mudanças espaciais do homem no tempo, Foucault retomou as produções dos historiadores franceses. Segundo ele, “foi preciso Marc Bloch e Fernand Braudel para que se desenvolvesse uma história dos espaços rurais ou dos espaços marítimos. É preciso dar continuidade a ela e não ficar somente dizendo que o espaço pré-determina uma história que, por sua vez, o modifica e que se sedimenta nele” (FOUCAULT, 1979, p. 212). Podemos considerar que um dos principais traços conectivos entre as produções dos *Annales* e as pesquisas de Foucault era o entendimento de que os espaços tornavam possíveis novos horizontes de problematização histórica. Todavia, isso não significava uma semelhança entre ambas as abordagens.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para este aspecto ao defender que, apesar de Foucault e Braudel especializarem a história, seus olhares eram muito distintos. Enquanto Braudel afirmou a centralidade do Mediterrâneo, buscando nele uma essência, Foucault era atraído pela dispersão e pela recusa aos essencialismos. Se a história espacial braudeliiana desprezava o acontecimento, tido como uma temporalidade curta, uma mera amostra da profundidade, Foucault percebia a própria produção dos espaços como um acontecimento resultante de condições históricas, como destacou nos estudos sobre as prisões, asilos, modelos urbanos e hospitalares (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 93-108).

Foi justamente no ano de 1977, quando descrevia a influência dos *Annales* nos seus estudos, que Foucault tomou Philippe Ariès como exemplo ao descrever a necessidade de um olhar especial para a historicidade dos espaços da vida. Assim como os espaços econômicos, rurais, urbanos ou demográficos, era fundamental atentar-se para a história dos espaços da vida privada, para a história das estratégias que organizavam as formas de habitação, os corpos e suas sensibilidades, afinal, como mencionou Foucault (1979, p. 212): “seria preciso fazer uma história dos espaços que seria ao mesmo tempo uma história dos poderes”.

Fazer uma história do poder não implicava em ignorar a dimensão do saber, mas

mostrar os seus efeitos correlatos, tal como sinalizaram os argumentos presentes em *Vigiar e Punir* (1975). Daniel Deferth afirma que foi nesta obra “que as análises foucaultianas do espaço receberam uma visibilidade nova como lugar de uma dupla articulação de poder sobre o corpo do indivíduo e do saber ao poder” (DEFERTH, 2013, p. 46). Atuando nas espacialidades, o poder disciplinar produzia áreas prisionais, escolares, militares, fabris e urbanas que não apenas promoviam a vigilância, mas que ordenavam a vida em dinâmicas referentes ao corpo, à circulação e ao tempo.

Interessa-nos perceber que não foi necessariamente em *Vigiar e Punir* que as ligações entre a história dos espaços e a vida ganharam a sua relevância central. Em 1976, Foucault completava cinco anos de atuação na cadeira de História dos sistemas de pensamento, no *Collège de France*, quando os cursos ocorridos naquele ano analisavam dois mecanismos de poder: o disciplinar, que dizia respeito ao corpo, às vigilâncias e às instituições punitivas, e o biopoder, que era exercido sobre a população vivente. Desconhecido até então na obra foucaultiana, o conceito de biopoder foi debatido no curso do dia 17 de março de 1976, quando o filósofo considerou o século XVIII como um momento em que a vida deixou gradualmente de pertencer ao poder de um soberano, passando a ser compreendida como objeto de gestão dos saberes emergentes nas metrópoles europeias.

Ainda que uma não anule a outra, a tecnologia do biopoder difere-se da disciplina por estar voltada ao âmbito da vida, neste caso, conforme o autor, “ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie” (FOUCAULT, 1999, p. 289). A mecânica deste poder articulada ao espaço seria melhor abordada ainda no mesmo ano do curso no *Collège de France*, com a publicação de *A vontade de saber* (1976). Ao produzir tal pesquisa genealógica, Foucault não só contestou a então vigente compreensão repressiva da sexualidade, mas ao final da obra, nota-se uma atenção especial para a questão da vida. Segundo o filósofo, a compreensão gerencial dos viventes, que foi intensificada no decorrer do século XVIII, resultou na proliferação de certos espaços e práticas, assim:

[Houve um] aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; exploração, portanto de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se assim, a era de um “biopoder” (FOUCAULT, 1988, p. 131-132).

Diferente do poder disciplinar, o gerenciamento de uma vida individual era insuficiente na consolidação do capitalismo e dos Estados Modernos, quando a atenção necessária deixa de focalizar somente o indivíduo para atuar de modo simultâneo na população vivente. De um corpo individual, as vidas passaram a serem compreendidas como

um corpo social, cujas dinâmicas estariam relacionadas com a emergência de saberes, com estratégias de controle e práticas de esquadramento de amplos territórios. A vida, o poder e o espaço foram entrelaçados com o desenvolvimento de saberes como a Demografia e a Estatística, bem como com mecanismos de recenseamento, quantificação e análise combinada de fatores como as taxas de nascimento, mortalidade, criminalidade, produção econômica e saúde pública.

Diferente de 1963, quando Foucault analisou as transformações ocorridas na transição entre a medicina clássica para a medicina moderna, no ano de 1974, em uma de suas vindas ao Brasil, a conferência intitulada *O nascimento da medicina social*, realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mostrava que o prisma analítico havia se ampliado. Por mais que a noção de biopoder ainda não tivesse sido desenvolvida, o filósofo afirmava que nas configurações do capitalismo do século XVIII, a medicina não foi marcada pela passagem do espaço coletivo para o espaço privado, mas sim, concebida pelo pensador como uma tecnologia, ela adentrou nas diferentes formas de vida a partir de saberes, índices e taxas ou nas formas de organização urbana (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Tal como arquitetos, os médicos determinavam a disposição urbanística das cidades, as formas de sanitarismo e a disposição de locais tidos como insalubres, tais como os cemitérios, prostíbulos e matadouros. Acontecimento espacializante por excelência, a emergência da saúde pública e do urbanismo resultaram em sensibilidades até então ausentes no contexto europeu, quando o temor dos cheiros, das doenças e dos esgotos demandaram a construção de avenidas, canais e planos hidrográficos. Conforme afirma Foucault, nenhum desses espaços foi tão significativo para a vida quanto o hospital. Esta característica se manifestava, por exemplo, desde a divisão dos cômodos a partir da tipologia da doença, quando a disposição das janelas, leitos e andares separava os corpos com sinais patológicos visando o prolongamento da vida dos demais pacientes.

O hospital como espaço de tratamento funcionaria como um dos pontos de ligação, como um eixo conectivo entre os corpos dispersos na amplitude do território e as tecnologias do poder. Em meio a um encontro da vida como objeto de poder e o espaço, “o indivíduo e a população são dados simultaneamente como objetos de saber e alvos de intervenção da medicina, graças à tecnologia hospitalar” (FOUCAULT, 2008, p. 28). O saber médico não só afirmava sua hierarquia diante de todos que ali estavam, mas produzia uma geografia da circulação dos indivíduos no interior do próprio hospital. Assim, passou a ser necessário investigar quais os lugares onde a cura e o cuidado se intensificavam, em qual momento o espaço tornava-se vulnerável para os demais pacientes, ou onde a circulação deveria ser evitada.

Além da malha hospitalar, a percepção de que a vida estaria ligada aos espaços amplos também foi tema da aula ministrada no *Collège de France*, no dia 11 de janeiro de 1978. Foucault voltou-se aos viventes a partir da correlação entre as técnicas de planejamento urbano e a população, tendo como ponto central a ideia de meio, entendido como “aquilo em que se faz a circulação”. O exemplo utilizado para descrever esta categoria considerava que:

Quando maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio (FOUCAULT, 2008, p. 28-29).

Era no espaço da circulação que a vida deveria ser organizada, constatou o filósofo, a noção de meio procurava inscrever o ser vivente em conjuntos de dados geográficos como os rios, morros e pântanos, bem como em conjuntos compostos por casas, estruturas civis e áreas com capacidade de aglomeração populacional. Assim, o meio deveria favorecer a saúde, pois seria objetivo de suas superfícies apresentar as condições necessárias para o prolongamento da vida, considerada como objeto a ser gerido em seus mínimos detalhes.

A utilização de conceitos como o de meio sinalizam as transformações operadas por Foucault ao historicizar as espacialidades, o que reitera o argumento que utilizamos na introdução deste texto, quando mencionamos a necessidade de compreender as rupturas e mudanças realizadas pelo filósofo no seu próprio pensamento. Por outro lado, é de fundamental importância observar que foi nesse rearranjo das relações entre a história e os espaços que Foucault pôde dar novos contornos para a noção de vida, não entendida somente como um efeito de campos do conhecimento, mas como resultado conjunto de poderes e de saberes.

Considerações Finais

Este texto buscou analisar como o interesse de Foucault pelos espaços esteve relacionado com uma problematização histórica sobre o conceito de vida, entre as décadas de 1960 e 1970. A partir do estudo dessas ligações na trajetória intelectual foucaultiana, foi possível verificar algumas das particularidades e formas como tais categorias foram utilizados, mas também diversos apontamentos relevantes para a prática historiográfica.

Ao propor que a história dos espaços deveria voltar-se para a vida, Foucault instigou o saber histórico a observar o caráter temporal das superfícies, seja no corpo especializado pela linguagem médica, cujas definições situavam o indivíduo vivo e seus limites, ou nas grandes estratégias médicas e urbanísticas, direcionadas para a população. O breve percurso proposto neste trabalho não tratou de ignorar o caráter geográfico, político e econômico também constituinte das espacialidades. Entretanto, buscou-se compreender que a problematização

histórica dos espaços, independentemente de suas esferas analíticas, não pode ignorar os poderes e saberes que elaboraram os próprios indivíduos localizados nas diversas superfícies.

Da vida categorizada na mesa de dissecação médica para as populações que viviam em cidades configuradas por projetos sanitários, arquitetônicos e hospitalares, as pesquisas discutidas por Foucault mantiveram-se entre os séculos XVIII e XIX. Todavia, em uma espécie de “ampliação da perspectiva”, os espaços da clínica, do corpo e da linguagem médica foram direcionadas para as grandes superfícies atravessadas pelo tempo, quando categorias como meio, território, circulação, ordenamento e aglomeração ganharam uma grande relevância. Nestas análises, as explicações históricas que iam desde configurações da geografia física até grandes áreas de planejamento urbano demandaram novas e complexas articulações espaços-temporais. Os indícios destas transformações podem ser observados na ampliação de escala dos problemas estudados, na inclusão de novos conceitos, tal como o de biopoder, ou mesmo na mudança da documentação utilizada para o desenvolvimento dos cursos e publicações.

Assim, ao invés de textos sobre a anatomia e seus modelos tipológicos, a atenção para a história dos espaços foi direcionada para os projetos, mapeamentos e tratados sanitários e políticos, onde a vida foi transformada na superfície conjunta da ação de saberes e de poderes. Este novo campo analítico suscitou aberturas ao afirmar a contingência história, isto é, o caráter provisório e mutável da noção de vida. Tal aspecto contribuiu direta ou indiretamente para que, nos anos seguintes, especialmente no início da década de 1980, Foucault pudesse se ocupar de experiências históricas que compreendiam a vida de modo absolutamente distinto, não a partir do discurso médico ou das estratégias de gestão populacional, mas sim como uma obra de arte.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Às margens d'O Mediterrâneo: Michel Foucault, historiador dos espaços. In. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGANETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 93-107.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. **A vontade de saber.** História da sexualidade I. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder.** Organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **O corpo utópico;** as heterotopias. Pós prefácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

_____. **Segurança território e população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir:** Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In. LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (Org.). **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.26-54.

_____. **Foucault e a “nova história”.** Plural, São Paulo, n. 10, 2003. p. 197-209.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MUCHAIL. Salma Tannus. **Foucault, simplesmente:** textos reunidos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida:** de Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SARDINHA, Diogo. **Ordre et temps dans la philosophie de Foucault.** Paris: L’Harmattan, 2011.

Recebido em: 02 de dezembro de 2020.

Aprovado em: 03 de dezembro de 2020.